

Senado aprova três novos diretores do BC

Sônia Cristina Silva
de Brasília

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado aprovou ontem, por unanimidade, as indicações dos três novos diretores do Banco Central: João Antônio Fleury Teixeira (Administração), Luiz Augusto de Oliveira Candiota (Política Monetária) e Paulo Sérgio Cavalheiro (Fiscalização). Os nomes serão submetidos hoje ao plenário. Único que não é funcionário de carreira do BC, Candiota deu um tom otimista ao cenário econômico, falando da retomada das linhas de crédito internacional e do salto nas exportações brasileiras.

O assunto que dominou boa parte do debate com os senadores não foi a explanação do futuro diretor de Política Monetária, mas sim a defesa contundente de Fleu-

ry Teixeira de uma política salarial que estimule os funcionários do Banco Central. O diretor de Administração deixou clara sua preocupação com a fuga de talentos, que deixam o banco em busca de melhor remuneração. Foram 150 nos dois últimos anos, segundo ele.

Fleury Teixeira anunciou que uma de suas prioridades será a luta pelo envio de um projeto de lei de planos de cargos e salários. Ele também defendeu um novo concurso público, sob o argumento de que 800 dos 4,6 mil funcionários já poderiam hoje se aposentar.

As altas taxas de juros e a inflação foram os focos das perguntas dirigidas ao diretor de Política Monetária. Luiz Augusto Candiota defendeu a política de câmbio flutuante e de meta inflacionária. "Temos uma política monetária conduzida dentro do chamado re-

gime de metas de inflação, o que procura orientar e coordenar as expectativas dos agentes econômicos e reduzir ao máximo os riscos de decisões políticas", disse. Segundo ele, é preciso ter paciência para obter a meta desejada e para isso "usar o juro necessário".

Afirmou, porém, que o Banco Central deve reformular a política monetária para reduzir as atuais taxas de juros reais da economia. Hoje os juros básicos são de 26,5% ao ano. "Não devemos apenas aceitar o fato de que somos capazes de convivermos e nos adaptarmos a qualquer nível de taxa de juros. Devemos redessenhá-la política monetária em busca da redução dos juros reais, aliada a uma política econômica que reduza as tensões existentes hoje na economia e na sociedade", disse.

A adoção do câmbio flutuante,

segundo Candiota, possibilitou ao País enfrentar diversas crises internas e externas, sem comprometimento do nível de suas reservas internacionais. Mas ele admitiu que instrumento não é condição suficiente para a equação da dependência externa. "Isso só será possível na medida em que o País for capaz de gerar níveis elevados de poupança interna, com ganho de produtividade e competitividade."

O futuro diretor de Fiscalização do BC, Paulo Sérgio Cavalheiro, admitiu que os países que adotaram a autonomia em seus bancos centrais obtiveram, a médio prazo, crescimento econômico e redução dos juros. Ele ressaltou que o BC é puramente técnico, mas defendeu um amplo debate sobre o assunto. "É um tema que deve ser tratado prontamente, mas é a sociedade que tem que resolver", afirmou.